



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 23 Nº 2
Fevereiro de 2014

A importância recente e futura do BNDES

A ampliação dos investimentos no Brasil é apresentada como uma das prioridades para sustentar o crescimento econômico. Para tanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mostra-se como um importante aliado na viabilização desses investimentos. O crescimento da carteira de crédito desde 2008 — após o colapso da estrutura financeira norte-americana e seu reflexo sobre a economia mundial — demonstra a importância do BNDES na recuperação da economia brasileira, representando um exemplo para outros países, inclusive os mais desenvolvidos. A partir disso, pretende-se mostrar qual o papel desempenhado pelo banco nos últimos anos e qual a perspectiva para os próximos.

O crescimento expressivo do BNDES desde 2008 acompanha o movimento dos demais bancos públicos, no sentido de sustentar a expansão do crédito após uma retração dos empréstimos originários das instituições privadas. Ao se comparar o total desembolsado pelo BNDES de janeiro a outubro de 2013, em termos reais, o valor é quase três vezes maior ao do mesmo período de 2006. Esse papel contracíclico desempenhado pelo BNDES mostrou-se importante para sustentar a economia brasileira e foi também exercido por outros Bancos de Desenvolvimento existentes no mundo. A Alemanha, com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), e a China, com o Banco de Desenvolvimento da China, possuem, em termos absolutos, bancos maiores que o BNDES. Contudo, quando se considera o tamanho em relação ao total do crédito, o BNDES é proporcionalmente maior: somando-se o estoque de crédito próprio com os repasses a outras instituições financeiras, chega-se a 11% do PIB brasileiro, o que representa 20% do total do estoque de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

No entanto, é natural que, passado o momento de extrema adversidade nas economias, os bancos de desenvolvimento voltem às suas taxas de expansão anteriores, a fim de permitir que as instituições privadas assumam a liderança nos empréstimos. Assim, a já manifestada previsão de contenção dos desembolsos do BNDES é mais uma etapa que ele terá que desempenhar, visto que os empréstimos de longo prazo são tradicionalmente sustentados pela instituição.

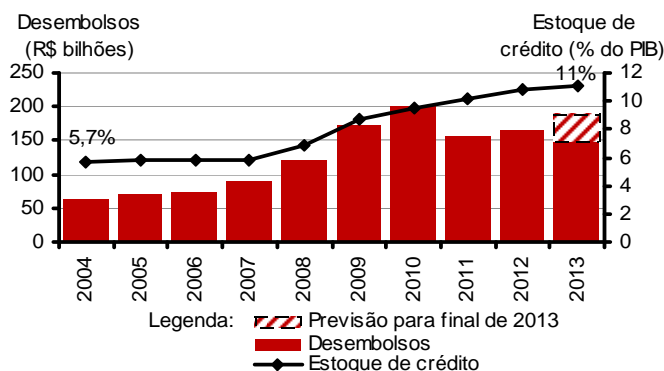
A forte presença do BNDES no crédito de longo prazo é resultado de uma série de anomalias que cercam o Sistema Financeiro Nacional. De maneira simples, pode-se dizer que a constituição de um *fundings* de longo prazo no País foi dificultada pelo custo de oportunidade que os títulos do Tesouro Nacional representam, em especial as Letras Financeiras do Tesouro. Ou seja, o fato de se oferecerem títulos com altas liquidez e remuneração (Selic) inibe a criação de uma alternativa para financiar os investimentos de longo prazo.

Dessa forma, a gradual diminuição da presença do BNDES sobre esse tipo de financiamento exige mais do que a simples supressão de seus desembolsos, tornando-se necessária uma estratégia para que recursos privados venham a substituí-lo. Por esse motivo, o BNDES adquire um novo objetivo: auxiliar na constituição de um mercado de capitais robusto que sustente a necessidade de expansão dos investimentos.

Fica claro, portanto, que o sucesso e o impacto dessas medidas dependem de outras variáveis macroeconômicas que são frequentemente questionadas, dentre as quais, a Taxa Selic. Por um lado, a dificuldade de manter a taxa básica de juros em níveis comparáveis a outros países suprime a criação de um canal alternativo para a alocação de recursos. Por outro lado, o aumento do diferencial entre a taxa de captação (Selic) e a taxa de empréstimo (TJLP) exige cautela na administração dos repasses do Tesouro ao BNDES, uma vez que pode elevar a dívida líquida, o que, por mais que se discorde, gera preocupações no mercado devido à constante avaliação das agências de *rating*.

Em suma, pode-se dizer que, passado o momento de crise de liquidez internacional, o papel desempenhado pelo BNDES deve gradualmente passar de um agente na concessão de crédito, para um promotor da oferta privada de crédito, por meio dos programas BNDESPar e do Fundo Garantidor para Investimentos. Com isso, será possível sustentar um nível de investimento condizente com o crescimento almejado pela sociedade, sem sobrecarregar a estrutura financeira e operacional do Estado.

Desembolsos e estoque de crédito do BNDES
no Brasil — 2004-2013



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BNDES. IBGE.
NOTA: Os dados de 2013 são até outubro; os desembolsos são atualizados pelo IPCA de dez./13.

Bruno Paim
Economista, Pesquisador da FEE

PNAD Contínua: uma visão abrangente do mercado de trabalho no Brasil

Os primeiros resultados da nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que substituirá a tradicional PNAD anual e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, divulgados recentemente, trouxeram dados inéditos sobre a situação do mercado de trabalho brasileiro. Ela possibilita uma visão mais ampla da evolução e da atual configuração da ocupação, pois abrange aproximadamente 3.500 municípios em todas as regiões do País, incluindo áreas rurais, enquanto a PME se restringe ao acompanhamento de seis regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belo Horizonte). No total, 211.344 domicílios foram pesquisados. Nesse primeiro momento, foram disponibilizadas informações para os quatro trimestres de 2012 e para dois trimestres de 2013.

Pela primeira vez, o IBGE divulga uma taxa de desocupação com periodicidade trimestral para todo o País, o que permite que se conheça, no curto prazo, a realidade do mercado de trabalho nacional e dos mercados regionais. Na análise trimestral, de abril a junho de 2013, a desocupação no Brasil ficou em 7,4% — a PME mostrava taxa de 5,5%. A diferença na taxa de desemprego registrada pelas duas pesquisas já era de se esperar pelo próprio universo investigado e pelas diferenças metodológico-conceituais entre ambas; surpreendente foi a dimensão da diferença, o que elevou a temperatura do debate sobre a atual conjuntura econômica. Há que se considerar no debate que essa taxa de 7,4% é menor do que a dos três primeiros meses de 2013 (8,0%) e praticamente a mesma do segundo trimestre de 2012 (7,5%). Inquestionavelmente, o cenário que esses indicadores vêm mostrando é o de um mercado de trabalho ainda aquecido, com taxa de desocupação relativamente baixa.

Sob o recorte regional, as taxas de desocupação de abril a junho de 2013 variaram de 4,3% na Região Sul a 10% na Nordeste, revelando as enormes disparidades regionais e a dificuldade de se lidar com uma única taxa de desemprego para o Brasil inteiro. A Região Sudeste concentra a maior parte da força de trabalho do País (pessoas de 14 anos e mais ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa), 44%, enquanto as Regiões Norte e Centro-Oeste

concentram a menor, em torno de 8,0% cada. A Região Nordeste, com a maior taxa de desocupação entre as regiões, tem a segunda maior representatividade na força de trabalho brasileira, em torno de 24,5%.

Como caracterização geral, tem-se que: (a) os homens continuam predominando na população ocupada, embora as mulheres sejam maioria na População em Idade Ativa (pessoas de 14 anos ou mais na semana de referência), o que foi confirmado em todas as regiões, sobretudo na Norte, onde os homens representavam 61,1% dos trabalhadores no período considerado; (b) metade dos ocupados no Brasil tinha concluído pelo menos o ensino médio, e 14,9% tinham o ensino superior completo, sendo que as Regiões Norte e Nordeste ostentavam os maiores percentuais de trabalhadores que não tinham concluído o ensino fundamental, 39,4% e 42,3% respectivamente.

Cabe registrar que 38,5% das pessoas com 14 anos ou mais de idade (61,3 milhões) estavam fora da força de trabalho, ou seja, não estavam ocupadas nem procuravam ocupação. O maior percentual foi registrado na Região Nordeste (43,9%), e o menor, na Centro-Oeste (34,8%). Entre essas pessoas, incluem-se estudantes, aposentados, donas de casa e aqueles jovens que nem trabalham e nem estudam — a chamada geração “nem-nem”.

No segundo trimestre de 2013, os empregados com carteira assinada (considerados os empregados do setor privado, os do setor público e os trabalhadores domésticos) eram 42,3% do total de ocupados no Brasil. A Região Sudeste destaca-se com o maior percentual de empregados nessa condição (50,4%), seguindo-se as Regiões Sul (47,8%) e Centro-Oeste (42,5%). As Regiões Nordeste e Norte são os casos mais “críticos”, onde se observa maior precarização do mercado de trabalho, com grande parte dos trabalhadores ocupados sem vínculos legais. Essa é uma forte expressão das desigualdades dos mercados de trabalho regionais que chama a atenção para a necessidade de se pensar políticas públicas de forma direcionada, buscando iniciativas que promovam o desenvolvimento local e o combate às disparidades regionais.

Indicadores selecionados do mercado de trabalho no Brasil e nas suas regiões — 2º trimestre de 2013

INDICADORES	BRASIL	REGIÕES				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Força de trabalho (em milhões) (1)	97,8	7,5	24,0	43,5	15,1	7,6
Ocupados (em milhões)	90,6	6,9	21,6	40,4	14,5	7,2
Ocupados com carteira (em milhões) (2)	38,3	1,8	6,2	20,4	6,9	3,0
Taxa de desocupação (%)	7,4	8,3	10,0	7,2	4,3	6,0
Ocupados com carteira/ocupados (%)	42,3	26,2	28,5	50,4	47,8	42,5

FONTE: PNAD Contínua - IBGE.

(1) Abrange as pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas ou desocupadas, na semana de referência. (2) Somatório dos empregados do setor privado, do setor público e trabalhadores domésticos.

Maria Isabel H. da Jornada
Socióloga, Pesquisadora da FEE

Desonerações: magnitude, objetivos e resultados

Desde a crise de 2008, as desonerações têm sido uma relevante ferramenta da política macroeconômica. No início dessa fase, os seus resultados foram quase incontestes: ao invés de a economia mergulhar em uma espiral negativa, a redução de impostos oportunizou a retomada do crescimento. Mais recentemente, o caráter das desonerações alterou-se, priorizando a redução de preços e o aumento da competitividade.

É possível, portanto, categorizar as renúncias, estimadas em R\$ 70,0 bilhões, em três distintos objetivos. Dentre as que visam ampliar a competitividade, destacam-se as da folha de pagamentos e as do Programa de Integração Social/Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) de setores que sofrem mais com a concorrência internacional (R\$ 12,8 bilhões e R\$ 10,0 bilhões respectivamente), as da energia elétrica (R\$ 8,0 bilhões), a ampliação do limite de isenção do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples) (R\$ 6,3 bilhões) e a reintegração de valores tributários de exportadores (R\$ 1,1 bilhão). Dentre as desonerações que objetivam a redução de preços, salientam-se as medidas de zeramento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre gasolina e diesel (R\$ 11,4 bilhões), a redução de impostos sobre produtos da cesta básica (R\$ 6,0 bilhões), a redução de PIS/Cofins sobre transporte coletivo (R\$ 0,7 bilhão) e, mais uma vez, a redução das tarifas de energia. Por último, foram renunciados ainda R\$ 14,0 bilhões para ampliar o consumo e reativar o crescimento, através da tributação dos automóveis, materiais de construção, serviços de banda larga, produtos da linha branca e outros.

Contudo os resultados econômicos de 2013 foram modestos. As exportações não aumentaram, a inflação ficou

acima do centro da meta, o crescimento econômico foi positivo, mas abaixo das expectativas iniciais, o consumo das famílias obteve relativa acomodação, e o investimento produtivo, mesmo tendo aumentado três vezes mais do que o produto, não atingiu o esperado, dado o montante de incentivos fiscais e creditícios. Deve-se ponderar que US\$ 7,7 bilhões das plataformas foram contabilizados como exportações, mas, concretamente, elevaram a capacidade produtiva. De todo modo, o País continuou gerando empregos. A mensuração dos impactos das desonerações não é um exercício trivial, já que os dados poderiam estar piores sem elas, sobretudo no que se refere às que objetivaram a redução de preços. Entretanto a renúncia para ampliar o consumo, aparentemente, perdeu o seu sentido diante dos resultados e da consequente piora do resultado fiscal.

Cabe a reflexão contrafactual do que sucederia sem as desonerações, direcionando-se os recursos a fins outros, sempre urgentes, como infraestrutura. A baixa resposta do consumo, mesmo com o aumento da massa salarial, permite que se avenge que apenas o aprofundamento na distribuição de renda, via mudança da matriz tributária ou via alterações na propriedade, traria uma resposta mais intensa na variável consumo. O comportamento dos preços livres faz repensar se as desonerações foram totalmente transferidas ao consumidor final, particularmente no setor de alimentos. Talvez as políticas ativas de governo e de investimentos possam ser mais eficazes quando tomadas diretamente pela ação do Estado e não por intermédio de agentes privados.

Róber Iturriet Avila
Economista, Pesquisador da FEE

Contas externas brasileiras em 2013

A taxa de câmbio nominal R\$/US\$ assumiu, nos 30 meses entre julho de 2011 e dezembro de 2013, uma tendência à desvalorização que já acumula cerca de 50%. O movimento constitui uma ruptura com o longo período de apreciação anterior, que começou em 2002, brevemente interrompido entre 2008 e 2009. Ao contrário do esperado por boa parte dos analistas, até este momento não se percebe resposta positiva das exportações brasileiras. Pelo contrário, o que os dados mostram é que o robusto crescimento do valor das exportações de bens e serviços observado desde o ano 2002 deu lugar a uma visível estagnação ao longo de 2012 e 2013.

As importações, por seu turno, mantiveram a tendência de crescimento ao longo destes últimos dois anos, resultando em ampliação dos déficits no comércio externo de bens e serviços, registrados já desde 2010. No acumulado de 2013, o déficit em bens e serviços aproximou-se dos US\$ 45 bilhões.

Em conjunto com o histórico déficit em rendas líquidas enviadas ao exterior, esse resultado comercial levou a economia brasileira a registrar, em 2013, um déficit em transações correntes pouco superior a US\$ 81 bilhões. Essa deterioração das transações correntes deve ser acompanhada com atenção, uma vez que o referido déficit já corresponde a cerca de um terço do valor das exportações.

Considerando-se o movimento de capitais, o saldo positivo da conta capital e financeira foi um pouco inferior ao que seria necessário para financiar completamente o resulta-

do em transações correntes, resultando em déficit global do balanço de pagamentos pouco superior a US\$ 5 bilhões. Embora esse déficit seja bastante pequeno em relação às expressivas reservas internacionais acumuladas (cerca de US\$ 375 bilhões), vale o registro de que, com ele, está encerrada uma inédita sequência de 12 anos (2001-12) de resultados anuais positivos no balanço de pagamentos global.

Em síntese, as contas externas brasileiras não fornecem base para qualquer diagnóstico mais sombrio, mesmo que também já não vivam seus melhores dias. Uma retomada do crescimento doméstico a taxas mais satisfatórias tende a acelerar as importações, pressionando ainda mais o déficit em transações correntes. Quanto aos riscos presentes no plano externo, há que se acompanhar com atenção os movimentos dos preços das exportações, que estão em queda, mas ainda em patamar elevado, bem como os movimentos da política monetária norte-americana. Ainda que, por ora, seja um movimento improvável, a elevação da taxa de juros pelo Federal Reserve implicaria dificuldades maiores para as economias periféricas financiarem seus déficits em transações correntes. Nesse quadro, é fundamental retomar o crescimento das exportações, e, pelo que se tem observado, isso depende muito mais de uma recuperação mais significativa do crescimento mundial do que simplesmente de uma taxa de câmbio mais desvalorizada.

Fernando Maccari Lara
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — jul.-dez./13

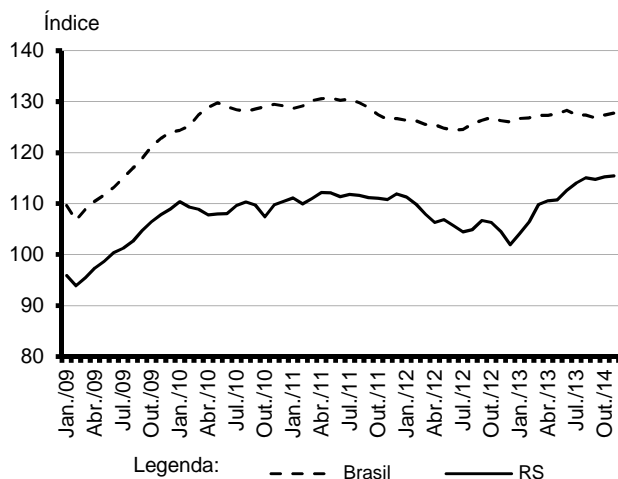
MESES	IPCA			IGP-M			NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses		
Jul./13	0,03	3,18	6,27	0,26	2,02	5,18		
Ago./13	0,24	3,43	6,09	0,15	2,17	3,85		
Set./13	0,35	3,79	5,86	1,50	3,70	4,40		
Out./13	0,57	4,38	5,84	0,86	4,59	5,27		
Nov./13	0,54	4,95	5,77	0,29	4,90	5,61		
Dez./13	0,92	5,91	5,91	0,60	5,53	5,53		

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-nov./13



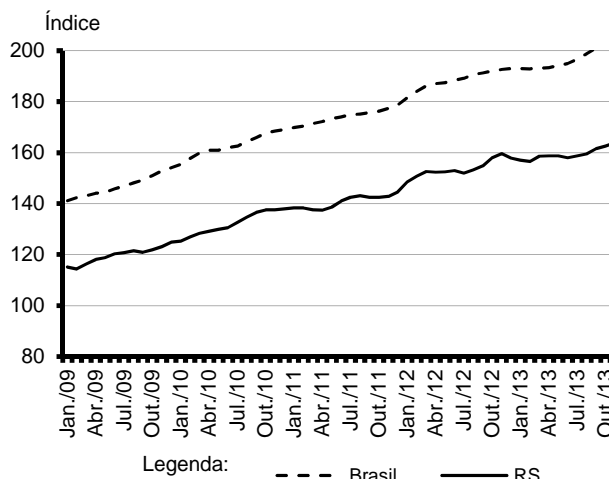
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-nov./13



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — jul.-dez./13

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	2,25	2,34	2,27	2,19	2,30	2,35	2,16	2,16
Taxa de câmbio efetiva real (3)	93,8	98,3	95,1	91,7	94,8	96,3	90,1	90,1
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	8,50	9,00	9,00	9,50	10,00	10,00	8,43	8,43
Superávit primário (% do PIB)	-0,6	0,1	2,3	-1,5	-7,0	-2,5	-1,9	-1,9
Balança comercial (US\$ milhões)	-1.899	1.224	2.141	-225	1.739	2.654	2.558	2.558
Exportações (US\$ milhões)	20.807	21.424	20.996	22.821	20.861	20.846	242.179	242.179
Importações (US\$ milhões)	-22.706	-20.201	-18.855	-23.046	-19.122	-18.192	-239.621	-239.621
Transações correntes (US\$ milhões)	-8.987	-5.493	-2.634	-7.133	-5.146	-8.678	-81.374	-81.374

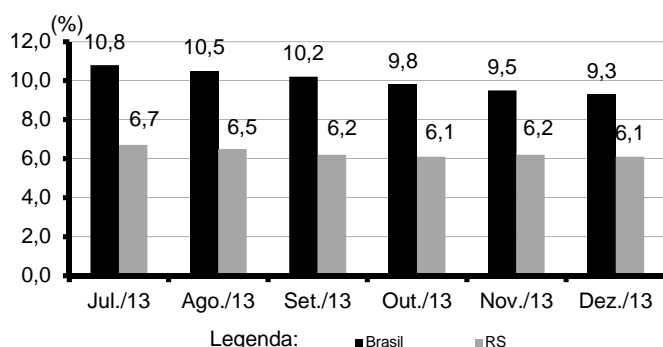
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 23 nº 2

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — jul.-dez./13



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-dez./13

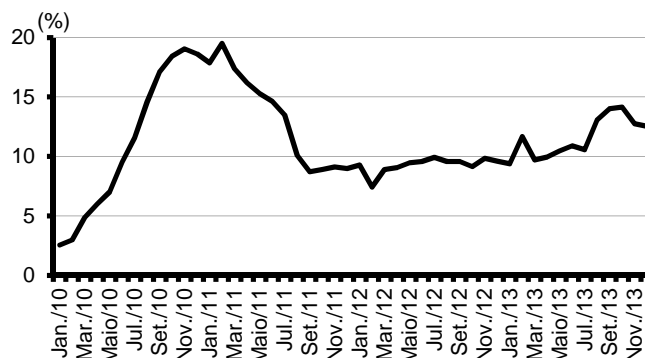


Tabela 3

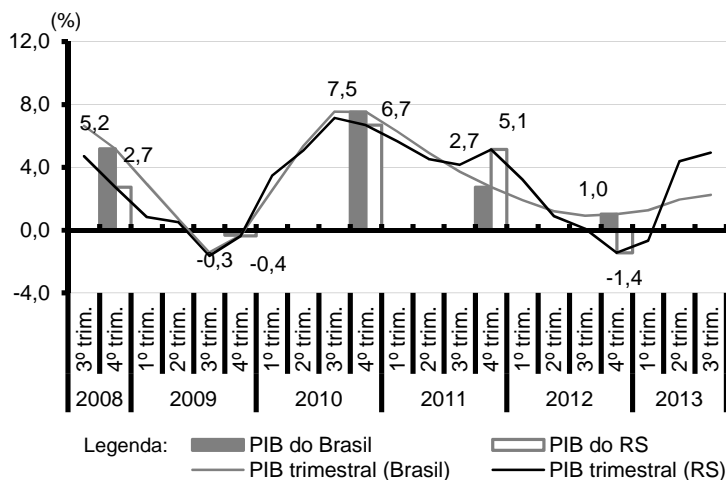
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — jul.-dez./13

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
				Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jul./13	13.026	135.231	9,6	26,6	-2,2	9,5	3,6	13,2	-5,4
Ago./13	15.393	156.655	9,8	27,0	-2,5	12,9	3,5	11,2	-5,6
Set./13	17.505	177.650	9,9	28,6	-1,6	16,4	4,1	9,6	-5,3
Out./13	21.320	200.471	10,6	41,2	-0,9	17,1	4,1	19,4	-4,7
Nov./13	23.933	221.333	10,8	46,9	-0,7	17,7	3,5	24,5	-4,0
Dez./13	25.094	242.179	10,4	44,3	-0,2	31,0	-3,3	30,3	-0,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

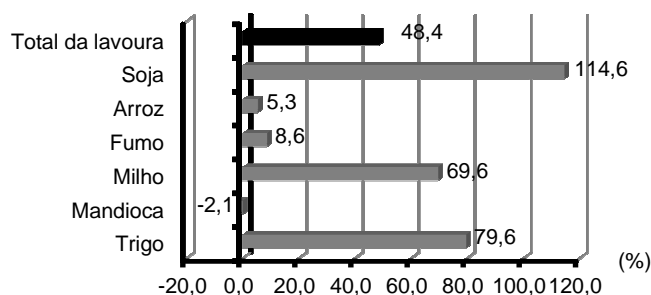
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 3º trim./08-3º trim./13



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — dez./13



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

Fundoprev: um balanço dos seus 30 meses iniciais

O Fundo Previdenciário (Fundoprev) surgiu com o objetivo de resolver a questão do déficit crônico do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado, através da instituição de um sistema de capitalização, com contribuições definidas dos servidores e do Estado.

O mês de janeiro de 2014 trouxe consigo a marca de 30 meses da publicação das Leis Complementares Estaduais nº 13.757 e nº 13.758. Essas leis foram responsáveis pela instituição do Fundoprev Civil e do Fundoprev Militar, fundos sobre os quais a nova previdência estadual passou a ser construída.

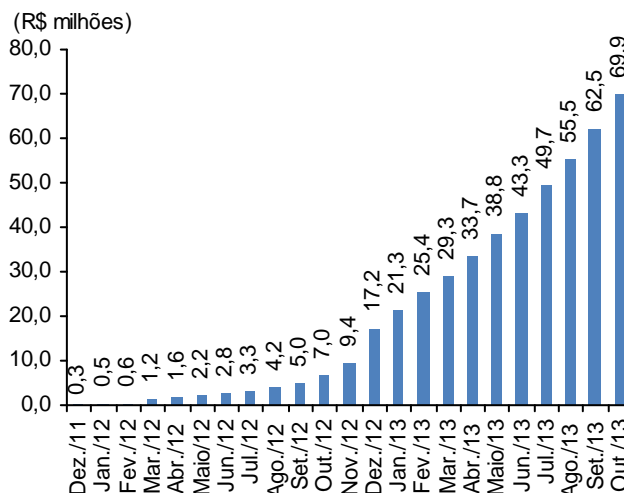
O que se observa, passados dois anos e meio da aprovação das leis, é que, apenas a partir de 2013, o novo sistema passou efetivamente a gerir um volume maior de recursos. Esses recursos provêm de contribuições dos servidores, da contribuição patronal do Estado e do rendimento das aplicações financeiras.

Ainda que os recursos acumulados no Fundoprev tenham aumentado 10 vezes entre outubro de 2012 e 2013, os montantes ainda são pouco representativos, quando se compara com o RPPS do sistema de fundo financeiro, que abrange os servidores admitidos no serviço público estadual antes da instituição do Fundoprev. Os aportes do Tesouro no fundo financeiro, em 2013, superaram a marca dos R\$ 7,7 bilhões. De fato, até agosto de 2013, pouco menos de 10.000 servidores estavam vinculados ao Fundoprev, enquanto o fundo financeiro abarcava mais de 267.000 segurados.

Essa situação deve começar a se modificar com a renovação dos quadros funcionais do Estado, especialmente em áreas que absorvem muitos servidores, como a saúde, a educação e a segurança. No entanto, passados esses primeiros 30

meses da criação do Fundoprev, percebe-se que estamos ainda diante de um sistema de previdência bastante jovem, de modo que, apenas com o passar do tempo, se poderá observar um aumento do seu impacto na saúde financeira da Previdência estadual.

Evolução dos recursos previdenciários do Fundoprev Civil e Militar no RS — dez./11-out./13



FONTE: IPERGS.

Thiago Felker Andreis
Economista, Pesquisador da FEE

Os destinos da soja no RS e no Brasil

A produção de soja do RS em 2013 foi de 12.756.000 toneladas, a maior já contabilizada no Estado. A área plantada apresentou um aumento de 10,7% em relação ao ano anterior, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizado em dezembro. Em 2012, a área destinada à plantação de soja correspondia à mais da metade da área plantada da totalidade da lavoura temporária. Já o Brasil fechou o ano com uma produção estimada de 82 milhões de toneladas da oleaginosa.

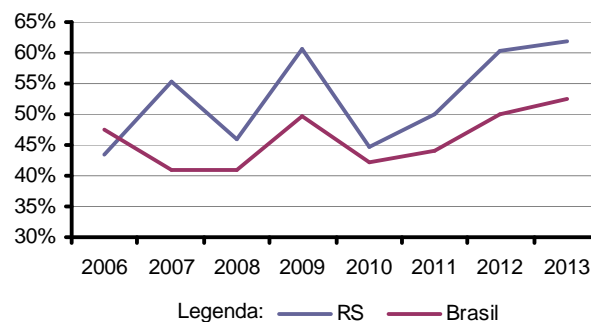
Essa produção é destinada, principalmente, ao processamento e à exportação. No processamento, obtém-se o farelo e o óleo, que pode ser usado para a produção de alimentos e de biodiesel. Quando parte da produção é vendida diretamente ao mercado externo sem passar por nenhuma transformação, está-se exportando um produto de menor valor agregado.

Nos últimos três anos, observa-se, tanto no RS quanto no Brasil, um aumento da exportação da soja em grão, em detrimento do seu uso pela indústria doméstica. No RS, como é possível visualizar no gráfico, a participação das exportações de soja em grão no total produzido, em volume, apresentou grande oscilação entre os anos de 2006 e 2010. Nesse período, variou entre 43,4% (2006) e 60,5% (2009). A partir de 2011, entretanto, apresentou uma trajetória de crescimento contínuo, tendo atingido 61,7% em 2013. Os dados do Brasil apresentam comportamento semelhante aos do RS, embora as exportações de soja em grão apresentem menor relevância. Entre 2006 e 2010, elas ficaram entre 40,9% (2008) e

49,8% (2009), tendo ultrapassado a marca de 50,0% da produção somente em 2013, ano em que foram exportadas, aproximadamente, 43 milhões de toneladas.

As exportações de óleo de soja, por outro lado, têm apresentado queda significativa. No RS, elas passaram de 603.000 toneladas em 2006 para 302.000 toneladas em 2013, uma redução de 50,0% em sete anos. No País, a redução foi de 44,8% no mesmo período. O Brasil exportou 1.300.000 toneladas em 2013, frente a 2.357.000 toneladas em 2006. Com exceção dos anos de 2007 e 2011, todos os anos do período analisado (2006-13) tiveram queda no volume de óleo exportado.

Participação das exportações de soja em grão sobre o total da produção de soja, em volume, no Brasil e no RS — 2006-13



FONTE: PAM-IBGE. LSPA-IBGE. Secex-MDIC.

Carolina Agranonik
Economista, Pesquisadora da FEE

A participação da América do Sul nas exportações gaúchas

A participação das exportações para a América do Sul no total das exportações gaúchas aumentou consideravelmente entre 1989 e 2013, período para o qual existem dados desagregados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), tendo passado de 7,3% no primeiro ano da série para 23,0% no último. O gráfico mostra o comportamento dessa região e de duas outras sub-regiões: a do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a dos demais países da América do Sul. Os dados brutos referentes ao Mercosul não incluem a Venezuela, uma vez que essa nação passou a fazer parte desse bloco econômico como membro pleno apenas em meados de 2012. Dessa forma, as informações sobre o Mercosul utilizadas para a montagem do gráfico registram o comércio do RS com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Por outro lado, por não se tratarem, de fato, de exportações gaúchas, também foram excluídos dos cálculos os valores referentes às vendas de energia elétrica para a Argentina em 2009 e de plataformas marítimas para os EUA em 2008 e para o Panamá e a Holanda em 2013.

A criação do Mercosul em 1991 deu um impulso considerável ao comércio com os países do bloco: a representatividade desse agregado nas vendas externas do RS saiu de 4,0% em 1990 para 19,7% em 1998, o maior valor de toda a série. Daí em diante, iniciou-se uma trajetória de queda até 2002, quando a participação atingiu apenas 6,4%. A tendência de alta foi retomada em 2003 e manteve-se até 2008, quando a representatividade desse bloco alcançou 15,0% do total exportado pelo Estado. Depois disso, ocorreram uma ligeira queda em 2009, uma recuperação expressiva em 2010 e, nos três últimos anos, uma participação média em torno de 15,0%.

Em relação às demais nações da América do Sul, observa-se uma tendência mais homogênea na participação das exportações gaúchas e em percentuais bem mais modestos: em 1989, esse grupo de países absorvia 3,0% das vendas ao exterior do RS, sendo que, no último ano da série, adquiriu 7,8% do total. O melhor desempenho desse agregado de países aconteceu em 2012, quando comprou 9,7% da produção do Estado comercializada no exterior.

As oscilações da representatividade do Mercosul nas exportações gaúchas foram fortemente influenciadas pelas compras da Argentina, que, ao longo da série, alcançaram, em média, 63% do total desse bloco. Assim, por exemplo, as crises econômicas no país vizinho, nos anos de 1999, 2001 e,

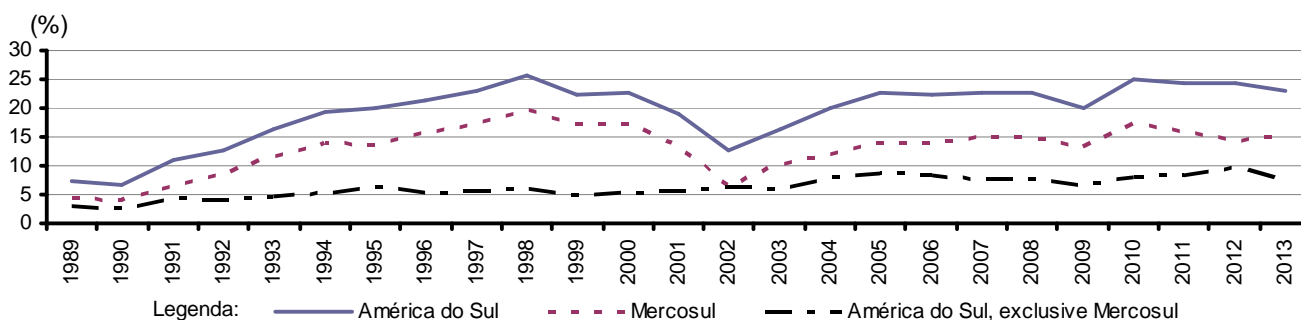
principalmente, 2002, puxaram para baixo a participação do Mercosul.

Deve ser ressaltado que, em se tratando de uma averiguação sobre o peso relativo de determinados mercados sobre o total das exportações do Estado, o comportamento de outros mercados também impacta decisivamente o resultado obtido. Assim, ao longo de todos esses anos, também influenciaram fortemente nas participações relativas as *performances* dos mercados norte-americano, europeu e, cada vez mais, a evolução do mercado chinês.

De maneira geral, os produtos exportados pelo RS tanto para o Mercosul quanto para os demais países da América do Sul constituem-se de derivados de petróleo (polímeros e hidrocarbonetos), daqueles oriundos da indústria metal-mecânica (tratores, outras máquinas agrícolas, carrocerias, reboques e semirreboques), além de calçados, móveis e carnes (de aves e suína). Como boa parte desses produtos é comercializada em vários países da América do Sul, existe a possibilidade de substituição de mercados dentro da própria região. Foi o que aconteceu, por exemplo, com as vendas de tratores em 2010 e 2011. Nesse período, as exportações desse produto, do RS para a América do Sul, passaram de US\$ 186 milhões para US\$ 191 milhões, ou seja, tiveram uma variação relativamente pequena. No entanto, em 2011, comparativamente a 2010, as vendas de tratores para a Argentina caíram US\$ 53 milhões, ao passo que subiram US\$ 27 milhões para a Venezuela, US\$ 13 milhões para o Paraguai e US\$ 8 milhões para a Bolívia, além de aumentos menos expressivos para o Peru, a Colômbia e o Uruguai.

Apesar do crescimento da participação dos mercados analisados nas exportações gaúchas entre 1989 e 2013, a tendência, a curto e médio prazos pelo menos, é de estagnação, senão de queda de representatividade. Por um lado, porque, além de a Argentina não dar sinais de afrouxamento na política recente de contenção/substituição de importações — ainda mais agora, com o aprofundamento de sua crise cambial —, os demais países não participantes do Mercosul têm procurado firmar outros acordos comerciais, como o da Aliança Para o Pacífico, criado em 2012, que reúne Chile, Colômbia, México e Peru. Por outro lado, porque a continuidade do crescimento da China e da África Subsaariana, somada à recuperação dos EUA e, no médio prazo, também à da União Europeia, deve impulsionar as exportações gaúchas para além da América do Sul.

Participação percentual das exportações para América do Sul, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e América do Sul (exclusive Mercosul) no total das exportações do Rio Grande do Sul — 1989-2013



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema AliceWeb2.

O Brasil no centro da geografia da celulose

A geografia da celulose vem-se alterando de modo significativo. Em especial nos últimos 20 anos, observou-se o deslocamento do centro produtivo dos países desenvolvidos para os países emergentes, dentre os quais se destaca o Brasil. Conforme os últimos dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 2012, o País ocupou, no segmento de pasta (todos os tipos), a terceira posição em volume produzido e a segunda em volume exportado e, no segmento de pasta branqueada sulfato/*kraft*, a segunda posição em volume elaborado e a primeira em volume exportado. Essas posições foram atingidas graças ao *know-how* alcançado na elaboração de celulose de fibra curta, a partir do eucalipto, ao longo das décadas de 70, 80 e 90 e, mais recentemente, por conta da disponibilidade de terras para o plantio de maciços florestais, de rápido crescimento e de alto rendimento.

A celulose de mercado, denominação para o ramo que apenas produz pasta, não somente se expandiu, principalmente na década passada, como continua atraindo novos grandes investimentos. Considerando as maiores empresas do setor, a capacidade instalada atual do País é de 11,1 milhões de t/ano. Desse montante, 70% a 90%, dependendo da empresa, são destinados ao mercado externo, basicamente para a Europa e a China.

A posição brasileira no mapa mundial de celulose tenderá a consolidar-se ainda mais nos próximos anos, pois estão em execução e planejamento, até 2020, investimentos que elevarão a capacidade instalada para 19,2 milhões de t/ano, ou seja, um acréscimo de 8,0 milhões de t/ano, equivalentes a 72% da capacidade atual.

Encabeçando as empresas do setor está a Fibria Celulose S/A, empresa líder mundial na fabricação de celulose de mercado de eucalipto, com capacidade instalada atual de 4,7 milhões de t/ano. A empresa pretende construir mais uma linha de produção no Município de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, adicionando à sua capacidade instalada mais 1,75 milhão de t/ano. Também em Três Lagoas, a Eldorado Brasil S/A, em operação desde 2012, intenciona construir mais duas novas linhas. Sua meta é elevar a produção para 5,0 milhões de t/ano. No início de 2014, começou a operar a nova fábrica da Suzano Papel e Celulose S/A no Município de Imperatriz, no Maranhão, que adicionará mais 1,5 milhão de t/ano à oferta total.

O Rio Grande do Sul também está presente nos planos de expansão do setor. Em dezembro de 2012, foi anunciada a ampliação da Celulose Riograndense Ltda., do grupo chileno CMPC, situada em Guaíba, na Região Metropolitana de Porto Alegre. O investimento, avaliado em R\$ 5,0 bilhões, objetiva elevar a capacidade instalada de 450.000 t/ano para 1,75 milhão de t/ano, com início das operações previsto para 2015. Se todos os projetos forem realizados, a participação do RS elevar-se-á de 4% para 7% do total da capacidade instalada das principais empresas.

Para os especialistas do setor, uma das preocupações mais imediatas com esses novos projetos é a provável redução de preços. Especula-se que haja um adiamento das compras pelo mercado chinês, comprimindo os preços da *commodity*. Também são mencionados como problemas os gargalos de logística existentes. Segundo um estudo elaborado por uma reconhecida consultoria do setor, as despesas de distribuição representam mais de 40% do custo final da celulose.

Dessa forma, o crescimento desse complexo deve ser visto com cautela e não apenas em termos econômicos. No lado ambiental, mesmo com a adoção de padrões tecnológicos mais recentes, o setor permanece sendo um dos mais poluentes. Industrialmente, são conhecidos seus altos índices de emissões no ar e na água, além dos resíduos sólidos resultantes do processo de produção. Ademais, deve ser acrescentado nessa conta o requerimento de grandes maciços florestais, que, mesmo formados por florestas 100% plantadas, afetam muito o meio ambiente, alterando a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos, a fauna, a flora e a paisagem, a exemplo de outras tantas monoculturas. Portanto, a consolidação do País como um dos *players* mais importantes no setor de celulose precisa ser bem gerenciada, contemplando, ao mesmo tempo, as dimensões econômica e ambiental.

Capacidade instalada e novos projetos previstos para o setor de celulose de mercado no Brasil — 2013

(1.000 t/ano)

SITUAÇÃO	EMPRESAS/ESTADO	CAPACIDADE INSTALADA DAS PRINCIPAIS EMPRESAS
Em operação	Fibria Aracruz-ES	2.300
	Fibria Jacareí-SP	1.100
	Fibria Três Lagoas-MS	1.300
	Eldorado Brasil-MS	1.500
	Veracel Celulose-BA	1.100
	Cenibra-MG	1.200
	Celulose Riograndense-RS	450
	Suzano Mucuri-BA (1)	1.540
	Suzano Suzano-SP (1)	40
	Suzano Limeira-SP (1)	340
Lwarcel-SP	250	
	Total em 2013	11.120
Novos projetos	Fibria Três Lagoas-MS	1.750
	Eldorado Brasil-MS	3.500
	Celulose Riograndense-RS	1.300
	Suzano Imperatriz-MA	1.500
	Total previsto até 2020	19.170

FONTE: Páginas institucionais das empresas.

(1) Os valores referem-se apenas às capacidades de produção para comercialização.

Fernanda Queiroz Sperotto
Economista, Pesquisadora da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 03.02.14).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.



**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Míriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari.

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes.

Editoração: Breno Camargo Serafini (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: carta@fee.tche.br
Twitter: @cartafee
www.fee.rs.gov.br